Reino Unido

A Grã-Bretanha já foi descrita como uma grande e orgulhosa nave, empenhada historicamente em distanciar-se da Europa. Na realidade, apesar de seu "esplêndido isolamento", o Reino Unido sempre esteve estreitamente ligado aos destinos do continente, o que não o impediu de cimentar sua grandeza num imenso império colonial e no domínio de todos os mares. Maior potência mundial no século XIX, conservou posteriormente seu orgulho e parte de seu esplendor, embora já não se possa dizer que "quando há névoa no canal, o continente fica isolado".

O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte é constituído pela maior ilha da Europa, a Grã-Bretanha -- situada no oceano Atlântico, diante da costa noroeste do continente -- e pela Irlanda do Norte, parte da ilha da Irlanda, além de várias ilhas e arquipélagos próximos. Com uma superfície de 244.110km2, o Reino Unido estende-se na direção norte-sul entre 40°e 61°de latitude norte. De forma irregular, a Grã-Bretanha apresenta costas muito recortadas, com profundos estuários, que na parte noroeste formam autênticos fiordes, de escavação glacial. A Grã-Bretanha está separada do continente europeu pelo canal da Mancha, ao sul, e pelo mar do Norte, a leste, que confluem no estreito de Dover ou passo de Calais, que tem somente trinta quilômetros de largura. Entre a Grã-Bretanha e a Irlanda acha-se o mar da Irlanda; ante as costas escocesas, erguem-se, a oeste, as ilhas Hébridas (Outer e Inner Hebrides) e, ao norte, as Órcadas (Orkneys) e Shetland, pertencentes à Escócia.

A Grã-Bretanha é integrada por três países historicamente diferençados: a Escócia, que ocupa 78.783km2, no norte; o País de Gales, de 20.768km2, no oeste; e a Inglaterra, de 130.439km2, na parte central, oriental e meridional da ilha. Estão ainda unidas à coroa britânica a ilha de Man, no mar da Irlanda, e as ilhas Normandas, situadas junto à costa francesa.

A Irlanda do Norte, ou Ulster, com 14.120km2, é formada por seis condados irlandeses que, em 1921, ao se efetuar a divisão da ilha, permaneceram integrados ao Reino Unido. Situa-se no extremo nordeste da Irlanda, ou Eire, diante das costas escocesas, das quais é separada pelo canal do Norte.

No fim do século XX, o Reino Unido mantinha diversas dependências em todo o mundo: na Europa, Gibraltar (reclamada pela Espanha); na Ásia, Hong Kong (cuja cessão à China se realizaria, por acordo, em 1997); nas Antilhas, Anguilla, Bermudas, Montserrat, ilhas Virgens, ilhas Cayman e ilhas Turcas e Caicos; no Atlântico sul, ilhas Falkland (ou Malvinas, reclamadas pela Argentina) e ilhas de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha; no oceano Índico, o arquipélago de Chagos; e na Oceania, a ilha de Pitcairn. O país reclamava ainda soberania sobre uma parte da Antártica disputada pela Argentina e pelo Chile.

Geografia física

Geologia e relevo. Somente as partes norte e oeste da Grã-Bretanha podem ser consideradas montanhosas; ainda assim, trata-se de maciços muito antigos, cujas formas arredondadas e aplainadas poucas vezes alcançaram mil metros de altura. O Ben Nevis, o pico mais alto do Reino Unido, situa-se no oeste da Escócia e tem 1.343m.

Na Escócia, uma faixa de planícies (lowlands), em que se concentra a população, é dominada pelos planaltos (highlands), no norte, um maciço antigo escavado pelas geleiras quaternárias e cortado em dois pela profunda fenda de Glen More, que se estende de mar a mar na direção sudoeste-nordeste. Ao sul de Glen More, os planaltos culminam nos montes Grampianos, que descem bruscamente em direção às planícies. Estas constituem o fundo de uma fossa tectônica pela qual o mar penetra profundamente, formando os estuários do Clyde (Firth of Clyde), a oeste, e o do Forth (Firth of Forth), a leste. Ao sul das planícies erguem-se os altiplanos do sul (southern uplands), que tradicionalmente separam a Escócia da Inglaterra.

A Inglaterra, em sua maior parte, é constituída de planícies. No norte, estende-se desde as fronteiras da Escócia a cadeia Penina e, no extremo noroeste, encontra-se o maciço de Cumberland que, submetido à ação das geleiras quaternárias, constitui a chamada área dos lagos (Lake District), e culmina no monte Scafell, com 978m. O extremo sudoeste da Inglaterra é uma região de colinas, que fazem ondular a península da Cornualha.

Onde os velhos maciços ou camadas das lowlands em saliência chegam diretamente ao litoral, erguem-se costas escarpadas, como as da Cornualha e as famosas "falésias brancas de Dover" (white cliffs of Dover). A fusão dos gelos, posterior à última glaciação, fez subir o nível do mar e afogou os baixos vales, dando origem a rias, como nos estuários do Tâmisa e do Severn (ou canal de Bristol). A costa oeste da Grã-Bretanha é muito mais recortada que a oriental; seus movimentados portos, no entanto, são protegidos dos ventos e tempestades vindos do Atlântico pelas reentrâncias do litoral, por golfos (como o mar da Irlanda) e por anteparos de ilhas, como a Irlanda, as Hébridas e a ilha de Man.

No oeste da Grã-Bretanha, o País de Gales é uma região de montanhas e colinas banhada pelo mar a oeste, norte e sul, e que se limita a leste com a planície inglesa. O monte Snowdon (1.085m) constitui seu ponto culminante.

A Irlanda do Norte, diante da costa da Escócia, apresenta uma estrutura geológica semelhante. Sua planície central estende-se em torno do Lough Neagh, o maior lago do Reino Unido, e é um prolongamento das planícies da Escócia.

Clima. A característica dominante do clima no Reino Unido é sua grande dependência do oceano Atlântico. A corrente do Golfo leva enormes quantidades de água temperada tropical proveniente do golfo do México para as costas do oeste da Europa, que são assim beneficiadas por sua enorme contribuição calorífica. Os ventos dominantes do oeste acumulam sobre as ilhas Britânicas massas de ar temperado e úmido, que produzem chuvas abundantes nas encostas ocidentais das montanhas.

Embora as precipitações pluviais diminuam à medida que se avança para o sul e para o leste, até totalizarem pouco mais de 500mm sobre o estuário do Tâmisa, a atmosfera permanece úmida e brumosa na maior parte do ano. As chuvas distribuem-se por todas as estações, e a instabilidade atmosférica é constante. As temperaturas variam pouco ao longo do ano. Devido à influência oceânica, as médias oscilam, no inverno, entre 4°e 6°C, no norte e, no verão, entre 12°e 17°C no sul. Embora no inverno caiam nevadas, em geral estas só apresentam certa importância nos planaltos da Escócia e nas maiores elevações. Nas planícies do sudeste, as temperaturas de verão permitem o cultivo de trigo, e as costas do canal desfrutam de clima relativamente ensolarado.

Nas diversas partes das ilhas, os dias de nevoeiro variam entre 5 e 55 por ano. O outrora famoso fog londrino, que misturado à fumaça das fábricas constituía o smog, diminuiu muito, em decorrência das rigorosas medidas antipoluição.

Hidrografia. Os rios britânicos são curtos, mas por causa do clima úmido relativamente volumosos, com moderadas enchentes de outono-inverno. Os maiores ocorrem nas baixas do sul: o Severn (290km) e o Tâmisa (338km) são os mais longos. O primeiro desemboca no interior do profundo canal de Bristol, aberto ao Atlântico, e o segundo abre-se em amplo estuário ao desembocar no mar do Norte. Outros rios dignos de nota são o Ouse, o Trent, o Tyne. Na Irlanda do Norte, o Bann e o Mourne. O relevo moderado e as grandes descargas facilitaram a abertura de canais que interligam os rios.

Em sua maioria, os rios são de escasso desnível, e muitos deles navegáveis em grande parte de seu curso. A larga plataforma continental provoca acentuadas correntes de maré, que limpam naturalmente os estuários, facilitando o acesso aos portos. Somente no Wash, na costa leste, ocorreu apreciável assoreamento, que permitiu a instalação de pôlderes na região de Fens.

Os lagos são mais numerosos nos velhos maciços e originaram-se em vales de geleiras. Na Escócia, onde são chamados lochs, há muitos deles, de forma alongada. O maior, porém, o Lough Neagh, fica na Irlanda do Norte.

Flora e fauna. A vegetação natural das ilhas Britânicas, formada principalmente por florestas de árvores caducifólias, com predominância de carvalhos, faias, freixos e olmos, reduziu-se, em grande parte, como conseqüência da exploração agropecuária. Assim, apenas uma pequena porção do território britânico é ocupada por reservas florestais, sobretudo no norte e no leste da Escócia e no sudeste da Inglaterra. Nos planaltos do norte, os solos são pobres e finos, e nos moors ou terras turfosas crescem e florescem urzes, gramíneas e tojos.

A fauna do Reino Unido, similar à do continente europeu, conquanto bem mais pobre em espécies, é protegida por leis severas, que regulamentam a caça. Ainda assim, restam-lhe poucas espécies de mamíferos, como os cervos (que só existem ainda na Escócia), lobos, raposas e coelhos.

População

O Reino Unido é um dos países mais densamente povoados do mundo. Nos século XVII e XVIII, a população britânica experimentou um crescimento contínuo, por se atenuarem as epidemias, por manter-se alta a taxa de natalidade da sociedade tradicional e ainda por cair a taxa de mortalidade após a adoção de modernas técnicas de higiene. A revolução industrial -- e agrícola -- do século XVIII permitiu a alimentação adequada da crescente população, de modo que se deu no país, pela primeira vez, o fenômeno da explosão demográfica que caracterizou a transição de algumas sociedades para a modernidade.

No começo do século XX ainda se mantinham no Reino Unido taxas de natalidade relativamente altas (média de 1900-1917: 27 por mil), enquanto as de mortalidade haviam caído para menos de 16 por mil, então entre as mais baixas do mundo. A partir da primeira guerra mundial, contudo, a taxa de natalidade baixou drasticamente -- e mais ainda na década de 1930.

Pouco antes da segunda guerra mundial produziu-se uma elevação, mas em meados da década de 1960 começou a cair de novo, até ao ponto de, no começo da década de 1990, a taxa de natalidade aproximar-se bastante da taxa de mortalidade, que se mantinha quase constantemente por volta de 12 por mil. A expectativa de vida ao nascer, de 74 anos em média no início dessa década, era uma das mais altas do mundo. A população britânica, no final do século XX, era fundamentalmente madura, ou seja, os grupos de idades médias eram os mais numerosos.

Movimentos migratórios. Durante muitas gerações o Reino Unido foi um importante país e emigração. A partir do início do século XX, vários milhões de britânicos emigraram para os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, principalmente, num movimento migratório contínuo. Entretanto, desde a década de 1930 ganhou força uma corrente imigratória para o Reino Unido, integrada principalmente por britânicos que regressavam dos domínios e colônias, mas também por europeus procedentes da Europa central, Itália, Irlanda e outros países.

Nos últimos anos da década de 1950 e primeiros da de 1960 produziu-se uma entrada considerável de imigrantes de cor, procedentes das Índias Ocidentais, Paquistão, Índia e outros países, que foi sentida como uma verdadeira "invasão" por parte de muitos britânicos. Como resultado aprovaram-se leis fortemente restritivas da imigração. Apesar disso, nas últimas décadas do século os negros e mestiços constituíam uma minoria importante nas grandes cidades, onde freqüentemente desempenhavam trabalhos recusados pela população autóctone. O fenômeno deu origem a focos de racismo e conflitos raciais.

As migrações internas, no Reino Unido, não são de grande envergadura. Ao longo de muitas décadas, porém, tem-se desenrolado uma característica corrente populacional no sentido norte-sul. No sul da Inglaterra são mais abundantes as indústrias de criação recente, dinâmicas, com oferta de empregos mais qualificados, assim como as oportunidades no setor terciário, o que motiva ininterrupto deslocamento da população em idade de trabalho, sobretudo na área da Grande Londres, o que aumenta paulatinamente seu peso populacional em relação ao conjunto do Reino Unido.

Ao mesmo tempo, boa parte da população aposentada deseja passar seus últimos anos em climas mais favoráveis, de maneira que se agrupa nas estações balneárias do canal da Mancha, como Brighton, e em boa parte procura países europeus mais ensolarados, como a Espanha, França ou Itália.

Línguas. Mais de um quarto da população de Gales pode expressar-se em galês, língua céltica majoritária nas áreas rurais. Outros idiomas célticos que sobrevivem, mas já em fase de desaparecimento, são o manquês (manx), falado por poucas pessoas na ilha de Man, e o gaélico escocês, que se refugiou nas ilhas mais afastadas. Também se perdeu quase totalmente o gaélico antigamente usado no norte da Irlanda.

O idioma inglês tem suas raízes nos dialetos germânicos utilizados por anglos, saxões e outros povos que invadiram a ilha no século V. Depois da conquista normanda desenvolveu-se na Inglaterra uma linguagem de estrutura anglo-saxônica e vocabulário em grande parte francês, já que este último idioma era falado pelos conquistadores normandos, convertidos em classe dominante. Dessa superposição provém o inglês moderno, que com o tempo se estendeu não só pelas ilhas Britânicas como pelas diversas dependências e colônias, inclusive como segunda língua fora da esfera cultural anglo-saxônica, até chegar a ser o idioma mais difundido no mundo.

Distribuição geográfica da população. A população britânica é uma das mais urbanizadas do mundo. Mais de 90% dos britânicos habitam em cidades e, dos 10% que vivem nos núcleos considerados rurais, mais da metade trabalha também nas cidades. O fenômeno do êxodo rural no Reino Unido alcançou sua máxima intensidade ao longo do século XIX.

Boa parte do território britânico é pouco povoada: os planaltos da Escócia e as zonas montanhosas do norte da Inglaterra e de Gales contam-se entre as escassas áreas despovoadas da Europa ocidental. Pelo contrário, a população concentra-se em grandes aglomerados urbanos. A maioria dos habitantes da Escócia vive no vale central, na área de Glasgow e na vizinha Edimburgo. Dois terços da população galesa residem na bacia carbonífera e no vale de Glamorgan, em menos da décima parte da superfície. Quase a metade da população da Inglaterra habita nas aglomerações de Londres, Manchester, Leeds, Birmingham, Liverpool e Newcastle. Belfast concentra boa parte da população da Irlanda do Norte.

Uma eficaz política de ordenação territorial, posta em prática desde o fim da segunda guerra mundial, impôs o descongestionamento dos superpovoados centros urbanos e fez deslocar parte da população para cidades-satélites de criação recente ou para centros urbanos menores e preexistentes na periferia das grandes cidades. Por isso, a maior parte das grandes cidades aparentemente perdeu população nos últimos decênios, embora as grandes áreas urbanizadas se tenham estendido ainda mais.

Ocupam boa parte da planície britânica intermináveis conjuntos de casas com jardim e pomar, de densidade bastante baixa, com grandes superfícies ajardinadas e geralmente servidas por um eficiente sistema de transportes públicos, em que predominam as soluções ferroviárias. (Para dados demográficos, ver DATAPÉDIA.)

Economia

O Reino Unido foi, no século XIX, líder indiscutível e centro da economia mundial. Ao longo do século XX, contudo, sua posição pouco a pouco declinou e sua importância econômica foi ultrapassada pela de um grupo de países que se industrializaram rapidamente e substituíram-no em diversos mercados.

O ingresso do Reino Unido na Comunidade Econômica Européia, em janeiro de 1973, teve como conseqüência um estímulo ainda maior do processo de concentração do comércio britânico com outros países da Europa ocidental, enquanto as relações econômicas com as antigas colônias sofreram progressivo esvaziamento.

Agricultura, pecuária e pesca. Nas últimas décadas do século XX, apenas uma pequena parte da população ativa britânica, inferior a dois por cento, estava empregada no setor agrícola, altamente mecanizado. O grande aumento de produtividade, experimentado desde o começo do século e superior ao da população, fez cair muito a dependência do Reino Unido, em matéria de alimentos, para com o comércio exterior, embora continuasse considerável.

Trigo, cevada, batata e beterraba açucareira são os principais produtos agrícolas, enquanto ovelhas, vacas, porcos e galinhas são criados em grandes quantidades e por processos de alta modernização tecnológica. O leite e seus derivados constituem um dos itens mais importantes da produção pecuária.

Ao longo de muitas décadas protegeu-se a agricultura para estimular-lhe o crescimento, com a subvenção de seus custos para baratear o produto final. Desde a entrada na Comunidade Econômica Européia, a política agrícola teve de se alinhar com a desta última, tendente a manter preços agrícolas artificialmente elevados, o que gerou numerosos atritos entre o Reino Unido e seus parceiros.

Os mares que circundam as ilhas Britânicas são ricos em pescado de variadas espécies, razão pela qual a atividade pesqueira do Reino Unido é significativa e de raízes tradicionais, principalmente na Escócia. A ameaça de superexploração levou a acordos internacionais para limitar as capturas em diversos setores marítimos, submetidos a estrito controle.

Aproximadamente 6,5% da superfície do Reino Unido estão cobertos de florestas. A produção madeireira, apesar do ativo reflorestamento, só cobre uma pequena proporção das necessidades domésticas, supridas, principalmente, por importações de países do norte da Europa, Canadá e diversos países tropicais.

Energia e mineração. A primeira revolução industrial, que levou o Reino Unido à primazia econômica mundial no século XIX, baseou-se no emprego do carvão, que se encontra em grande quantidade no solo da Grã-Bretanha. Nas proximidades de Newcastle, os veios superficiais já eram explorados no século XIII. O rápido desmatamento da Inglaterra desde cedo impôs o emprego do carvão mineral para a calefação. Além disso, a invenção da máquina a vapor e o emprego de altos-fornos para a obtenção de ferro, desde as últimas décadas do século XVIII, estimularam a produção de tal maneira, que o sistema industrial inglês, pouco depois, ficou concentrado em torno das jazidas mais rentáveis do minério.

As planícies da Escócia, as terras situadas a leste e a oeste da cadeia Penina, a zona que rodeia Manchester, Leeds e o sul de Gales apresentam extensos e amplos veios carboníferos, que, ao ritmo de exploração atingido no final do século XX, ainda continham reservas para vários séculos.

Nos primeiros anos do século XX, o carvão britânico era exportado para todo o mundo. Em 1913 chegaram-se a extrair mais de 300 milhões de toneladas, mas depois da primeira guerra mundial a produção passou a cair, ainda que lentamente, e as exportações baixaram de forma drástica, por serem os custos de extração bem maiores que os dos países concorrentes.

Modernamente, a disseminação do uso dos derivados do petróleo eliminou boa parte das aplicações do carvão (calefação, obtenção de gás encanado, transporte), que continua utilizado sobretudo para geração de energia elétrica em centrais térmicas e a produção de coque para a siderurgia. Numerosas minas foram fechadas, algumas por esgotamento e as demais por falta de rentabilidade, de forma que extensas áreas industriais e mineiras perderam a atividade, enquanto o número de mineiros empregados nos trabalhos de extração reduziu-se rapidamente, com os conseqüentes bolsões de desemprego e de conflitos sociais.

Até a década de 1970, apenas uma pequena quantidade de petróleo era obtida na região dos Midlands, e o Reino Unido tinha de importar grande quantidade do golfo Pérsico, da Nigéria e de outros países. Apesar disso, o consumo de carvão nacional diminuía progressivamente, devido aos baixos preços do petróleo. Na década de 1960 foram descobertas grandes jazidas de petróleo e gás natural no mar do Norte, boa parte delas no setor atribuído ao Reino Unido. Os elevados custos de exploração só tornaram rentáveis a extração de petróleo quando o preço mundial dos hidrocarbonetos, em 1973, repentinamente quadruplicou.

Dois anos mais tarde começou a exploração em grande escala das jazidas e, na década de 1980, o Reino Unido havia passado de importador a exportador de derivados de petróleo, de que se transformou num dos principais produtores do mundo.

Mais próximas à costa britânica, algumas jazidas de gás natural da plataforma continental do mar do Norte começaram a ser exploradas em 1965. Gasodutos submarinos logo as uniram à Grã-Bretanha, que se cobriu de uma densa rede de oleodutos e gasodutos, entre as principais cidades e centros industriais.

O governo britânico foi um dos primeiros a se interessar pela energia nuclear. A primeira usina a entrar em operação foi a Calder Hall, conectada à rede de distribuição em 1956. Seguiram-se muitas outras, de tecnologia aperfeiçoada. Apesar de proporcionarem uma substancial parcela da eletricidade consumida no país, sua rentabilidade, no entanto, é problemática. A maior parte da eletricidade do Reino Unido continua a ser de geração térmica convencional, em sua quase totalidade de centrais construídas junto a minas. A energia hidrelétrica é bastante escassa.

Indústria. No final do século XX, as principais indústrias tradicionais do Reino Unido, aquelas que constituíram a base de sua hegemonia econômica, estavam em crise. A siderurgia precisava importar a maior parte do minério de ferro e achava-se em plena reestruturação, após ser submetida a sucessivas estatizações e desestatizações pelos governos trabalhistas e conservadores. A construção naval achava-se em crise profunda e a indústria automobilística, na maior parte, estava controlada por capitais americanos.

A indústria aeronáutica associou-se, em muitos casos, à de outros países da Europa ocidental, sobretudo a França. A indústria mecânica e, sobretudo, a eletrônica encontram-se muito desenvolvidas. O setor químico acha-se concentrado em algumas poucas grandes empresas, e seu crescimento na segunda metade do século XX foi rápido, especialmente no campo da petroquímica.

A indústria têxtil algodoeira perdeu importância, embora a de fibras artificiais tenha recebido forte impulso. Indústrias de tecnologia avançada, muito relacionadas com o setor de serviços, apresentaram extraordinário desenvolvimento, como a microeletrônica, a editorial, a discográfica e outras. São numerosas as empresas que mantêm sede real de operações no Reino Unido e que, contudo, realizam todo, ou quase todo, seu ciclo de produção em países onde a mão-de-obra é mais barata.

Finanças e comércio. O sistema financeiro do Reino Unido é um dos mais adiantados do mundo e orgulha-se de uma história de séculos. É encabeçado pelo Banco da Inglaterra, fundado em 1694, e que foi entidade privada até sua estatização em 1946. Tem o monopólio de emissão de papel-moeda na Inglaterra e em Gales, e é o principal instrumento do governo para levar adiante sua política monetária e financeira. Atua como banqueiro do governo e dos outros bancos, inclusive de bancos centrais de outros países.

Um grande número de entidades financeiras de todos os tipos atua no Reino Unido, cujo cerne indiscutível é a City londrina, o núcleo central da cidade, onde têm seus escritórios as principais entidades, não somente bancárias como de seguros (encabeçadas pelo consórcio Lloyd's), companhias de navegação, a bolsa, diversos mercados financeiros e de matérias-primas, que fazem dela um dos maiores centros financeiros do mundo, ainda o primeiro deles em muitos campos.

A estrutura do comércio exterior britânico é própria de um país altamente industrializado. A maior parte das exportações compreende bens manufaturados, a que nas últimas décadas se acrescentaram os produtos petrolíferos que se dirigem aos países vizinhos. Parte significativa das importações compõe-se de alimentos e matérias-primas. Embora o Reino Unido mantenha relações comerciais com praticamente todos os países do mundo, na segunda metade do século XX foi espetacular o incremento dos intercâmbios com a Comunidade Econômica Européia, sobretudo a Alemanha. Fora da Europa, são os Estados Unidos o principal parceiro comercial do Reino Unido.

O nível relativamente baixo dos preços britânicos diante dos de outros países de desenvolvimento mais rápido tem favorecido a afluência de turistas. Londres constitui o destino mais freqüente dos visitantes estrangeiros, graças a seus monumentos artísticos, às obras de arte de todo o mundo reunidas em seus museus e a sua intensa vida cultural.

Transportes e comunicações. A rede britânica de estradas de rodagem é bastante densa, embora seja pequena a extensão das rodovias em comparação com a de outros países da Europa continental e de parque automobilístico similar. O serviço de estradas de ferro continua a ser um dos melhores da Europa, com uma malha que, na segunda metade do século XX, era maior que a do Brasil, país de território 34 vezes maior que o do Reino Unido. Diversos canais de navegação atravessam o país e proporcionam um sistema eficaz de transporte, especialmente concebido para as mercadorias pesadas.

O eixo comercial mais importante da Grã-Bretanha atravessa-a de norte a sul, desde Glasgow, com passagem por Manchester, Birmingham e Londres, até os portos do canal da Mancha que ligam a ilha ao continente europeu. É constituído basicamente de rodovias e ferrovias rápidas mas, entre Londres e Manchester, também conta com canais de navegação. Em 1987 iniciou-se a construção do Eurotúnel, entre a França e o Reino Unido, sob o canal da Mancha. Foi inaugurado no fim de 1994.

As ilhas Britânicas contam com grande número de excelentes portos marítimos, que canalizam intenso tráfego de mercadorias. Salientam-se os de Londres, Southampton e Liverpool. O transporte marítimo de passageiros, absorvido pelo avião para as grandes distâncias, ficou reduzido à travessia do canal, à ligação com a Irlanda e as ilhas menores.

A maior parte do movimento de passageiros entre o Reino Unido e outros países realiza-se por via aérea. Londres constitui um dos mais movimentados centros de transporte aéreo do mundo. O saturado aeroporto de Heathrow se complementa com os serviços próximos de Gatwick, Southend, Luton e Stansted. Os aeroportos de Prestwick, perto de Glasgow, e Manchester também recebem intenso tráfego aéreo internacional. As ilhas adjacentes estão ligadas à Grã-Bretanha por meio de rotas aéreas. (Para dados econômicos, ver DATAPÉDIA.)

História

Depois do desaparecimento do homem paleolítico e do fim do período glacial, as ilhas Britânicas foram habitadas, em torno do ano 3000 a.C., por grupos neolíticos nômades, procedentes do noroeste da Europa, que trouxeram consigo a prática da pecuária e da agricultura dentro de áreas cercadas, em associação com a cerâmica e instrumentos de pedra aperfeiçoados.

As gigantescas ruínas próximas à cidade de Avebury, o monumento megalítico de Stonehenge e as colinas artificiais da colina dos Gigantes indicam a existência, a partir de 2000 a.C., de uma população numerosa, habituada a se unir para ação coletiva sob a direção de uma autoridade comum.

Antiguidade. Entre os séculos VI e IV a.C. chegaram à Inglaterra e à Irlanda vagas sucessivas de tribos pastoris e guerreiras, pertencentes a um povo celta, ocupantes de territórios imensos no vale do Danúbio, ao norte dos Alpes, e na Gália. Como parte integrante da lenta penetração celta vieram os bretões, cuja língua permaneceu entre os galeses e bretões da França e desapareceu na Inglaterra sob o influxo das invasões germânicas.

Esses povos, organizados em clãs, não tinham a noção de estado nem deixaram uma herança política. Sua arte prendia-se diretamente à cultura La Tène, dos celtas continentais. A classe mais prestigiosa era a dos religiosos ou druidas, praticantes de magias e de ritos bárbaros, com sacrifícios humanos. Celtas bretões e celtas belgas, fixados em lados opostos da Mancha, estabeleceram relações estreitas e constantes. Quando a civilização romana invadiu a Gália belga, transferiu-se assim, sem dificuldade, às ilhas Britânicas. Júlio César invadiu a Bretanha (a futura Grã-Bretanha) entre 55 e 54 a.C., mas a conquista romana foi empreendida efetivamente pelo imperador Cláudio, no ano de 43 da era cristã. A maior parte da ilha era já romana nas últimas décadas do século I.

A Escócia, porém, não despertava interesse econômico e era habitada por tribos de obstinada resistência. No ano 122, após o massacre de uma legião, o imperador Adriano deslocou-se pessoalmente para a Bretanha, à frente de novas tropas. Um exame da situação levou-o a renunciar à conquista do norte e a fortificar uma linha entre o estuário do Tyne e o golfo de Solway, construindo 14 fortes unidos por uma muralha de pedra, com guarnição militar permanente (muralha de Adriano). A Escócia e a Irlanda, assim, não foram romanizadas.

Anglos e saxões. No século V, quando o Império Romano se decompôs, a Bretanha foi invadida pelos anglos, pelos saxões e jutos, que se estabeleceram nas terras mais ricas do sul e leste, deslocando os povos restantes, quase totalmente cristãos, para as terras mais pobres do norte e oeste. Segundo a tradição estabelecida no século VIII por Beda o Venerável, os anglos eram originários do Schleswig; os saxões provinham do vale inferior do Elba; e os jutos, da península da Jutlândia. Além desses, outros grupos, como os frísios, participaram da migração para a Bretanha.

Entre os séculos VI e VII existiu na Inglaterra a chamada heptarquia, composta dos reinos da Mércia, Ânglia Oriental e Nortúmbria, no norte, e Kent, Essex, Sussex e Wessex, no sul. No século VIII, subsistiam três desses reinos: a Nortúmbria, a Mércia e o Wessex; e no século IX, somente o último perdurava.

A introdução do cristianismo na Inglaterra, ocorrida nesse período histórico, foi obra de dois grupos de missionários, um vindo de Roma e outro dos países celtas e, sobretudo, da Irlanda. São Patrício evangelizou as tribos celtas e criou mosteiros de onde partiram os missionários responsáveis pela conversão dos celtas da Escócia. Na Irlanda, no País de Gales e na Escócia formou-se, assim, uma igreja nacional, independente da igreja de Roma. Por seu lado, o papa Gregório I enviou, no ano 596, uma missão de quarenta monges, chefiada por santo Agostinho de Canterbury, a fim de converter os povos ingleses.

Invasões dinamarquesas. As primeiras incursões escandinavas contra pontos isolados da costa britânica ocorreram no final do século VIII. Esses ataques cresceram em força e freqüência até que, no ano 851, uma frota dinamarquesa de 300 navios desembarcou seus homens na foz do Tâmisa e tomou de assalto Canterbury e Londres.

Os êxitos surpreendentes dessas expedições, compostas, inicialmente, de pequenos grupos, mas que chegaram a incluir cerca de dez mil homens, se deveram ao fato de pertencer aos viquingues o domínio do mar. Os saxões, homens dos campos e das florestas, esquecidos de suas tradições marítimas, permitiram aos invasores a conquista de quase todo o país. A Irlanda foi a primeira a ser subjugada, seguindo-se a Nortúmbria, Mércia e grande parte do próprio Wessex.

A ameaça de uma ocupação completa dos domínios saxões pelos dinamarqueses levou o rei Alfredo, em 878, a refugiar-se nos alagados de Somerset, onde construiu um pequeno forte. Um ano depois, o monarca convocou secretamente os chefes saxões de Somerset, Wiltshire e Hampshire e derrotou os dinamarqueses na batalha de Edington. Alfredo, que veio a ser chamado o Grande, fortaleceu as forças terrestres e navais e reformou a justiça e a educação. Os efetivos militares cresceram com a elevação à categoria de thanes (chefes militares) de todos os homens livres, proprietários de terras. Essa pequena nobreza, prenúncio do feudalismo, prestava serviço na cavalaria e guardava as antigas fortificações romanas reconstruídas.

A paz de que o país desfrutou por algum tempo se deveu tanto à bravura dos anglo-saxões quanto ao fato de que os escandinavos lutavam entre si para a formação dos reinos da Noruega e Dinamarca. Terminado esse período de lutas internas, recomeçaram as incursões, que aos poucos se transformaram em nova e maciça invasão. Ethelred II, ao invés de defender o país procurou comprar a retirada dos agressores com o pagamento de um tributo de dez mil libras. Em 1013, Sweyn I da Dinamarca voltou a invadir a Inglaterra sem resistência. Seu filho mais moço, Knud ou Canuto I, sucedeu-lhe no comando das forças invasoras e no governo do país conquistado. Com a morte de Edmundo II Ironside, último monarca saxão a oferecer resistência no Wessex, em 1016 o conselho de sábios resolveu oferecer a coroa da Inglaterra ao invasor vitorioso. Uma dinastia escocesa, enquanto isso, juntou em um só reino as terras do norte da Grã-Bretanha.

O império anglo-escandinavo era, porém, demasiado artificial para resistir à morte de seu fundador. Depois de lutas entre os herdeiros de Canuto, o conselho de sábios, atendendo agora aos anseios do povo, entregou a chefia do reino a um príncipe saxão, filho de Ethelred. O reino de Eduardo, chamado o Confessor, que reinou de 1042 a 1066, é considerado o prelúdio da conquista normanda.

Inglaterra normanda. Eduardo, último rei saxão, era homem virtuoso, porém fraco. Mais preocupado com a salvação de sua alma do que com o destino do reino, educado na Normandia e grato pelo acolhimento recebido durante o domínio dinamarquês, prometeu o trono da Inglaterra a seu primo, o duque Guilherme o Bastardo, depois Guilherme o Conquistador. A mesma promessa teria sido feita a Sweyn II da Dinamarca e a Haroldo, filho de Godwin, conde de Wessex e Kent.

Com a morte de Eduardo em 1066, o conselho de sábios decidiu entregar a coroa a Haroldo, de preferência ao jovem Edgard Atheling, neto de Edmundo Ironside. Guilherme da Normandia reivindicou imediatamente a sucessão ao trono britânico. Moveu campanha em toda a Europa, sobretudo em Roma, acusando "seu vassalo" Haroldo de arrebatar-lhe "uma coroa prometida pelo soberano desaparecido", em violação das leis feudais e de um juramento solene.

O papa, a quem o duque normando prometera a reforma da igreja na Inglaterra, segundo as idéias de Hildebrando (papa Gregório VII), abençoou a empresa. A célebre tapeçaria de Bayeux, atribuída à rainha Matilde, mulher de Guilherme, mostra como florestas foram abatidas para construir os 750 navios necessários ao transporte de 12.000 a 15.000 homens, recrutados em toda a França, sob promessa de terras na Inglaterra e recompensas financeiras.

Haroldo foi morto na batalha de Hastings, e Guilherme o Conquistador foi coroado rei da Inglaterra em Westminster, em 25 de dezembro de 1066. Com ele começou a governar o país uma dinastia normanda, de cultura e língua francesas, com grandes possessões territoriais no continente europeu, o que haveria de conduzir à intervenção da coroa inglesa nos assuntos da França durante séculos.

Plantagenetas, casas de Lancaster e York. Estabeleceu-se na Inglaterra um eficaz sistema administrativo centralizado e instaurou-se um feudalismo de amplitude continental. O monarca Henrique II, da casa de Anjou, conquistou a Irlanda na segunda metade do século XII. Teve início, em sua época, uma sucessão de conflitos entre a coroa, a nobreza e o alto clero. Thomas à Becket, arcebispo de Canterbury, foi assassinado por ordem de Henrique. Os nobres obrigaram seu filho, João Sem Terra, a outorgar em 1215 a Magna Carta, que se considera tradicionalmente como o ponto de partida das liberdades e do sistema parlamentar inglês.

No final do século XIII, Eduardo I apoderou-se de Gales. Instituiu o título de príncipe de Gales, que ainda corresponde ao de herdeiro da coroa britânica, e iniciou as primeiras reuniões de um corpo deliberativo, integrado por nobres, funcionários do Tesouro e representantes dos diversos condados, que se denominou "parlamento modelo", germe da moderna instituição. Também tentou apoderar-se da Escócia, mas a resistência de seus habitantes conseguiu garantir a independência do país.

Em 1337 começou a guerra dos cem anos, que se prolongaria, com escassos períodos de trégua, até 1453. Os poderosos reis ingleses, senhores de grandes domínios continentais, enfrentaram o rei da França, com sorte diversa. A guerra desenvolveu-se no continente e, ao seu final, os ingleses viram-se expulsos dali. A partir de então acentuou-se a insularidade do país e fortaleceu-se o nacionalismo inglês. A corte deixou paulatinamente de utilizar o idioma francês e desde 1362 os procedimentos judiciais começaram a desenvolver-se em língua inglesa. Geoffrey Chaucer, nos Canterbury Tales (Contos de Canterbury), escritos entre 1390 e 1400, deu dimensão literária ao idioma do povo, atestando que este se impunha sobre o da nobreza normanda.

Em 1455 começou um período turbulento, de quase permanente guerra civil ao longo de trinta anos. Foi a guerra das duas rosas, entre a casa de Lancaster e a de York, que deixou a Inglaterra exaurida. A entronização, em 1485, de Henrique VII, fundador da dinastia Tudor, restabeleceu a unidade do país.

Absolutismo Tudor. Depois de derrotar Ricardo III na batalha de Bosworth Field (1485), Henrique Tudor, conde de Richmond, inaugurou a dinastia Tudor, com o nome de Henrique VII. Durante seu reinado, de 1485 a 1509, mostrou-se autoritário e prudente, transformou a Inglaterra num país próspero e favoreceu a classe emergente dos comerciantes e armadores.

Seu filho Henrique VIII, soberano de 1509 a 1547, foi, além de excelente político, um extraordinário poeta e músico. Ante a Reforma religiosa que abalava a Europa, definiu-se a princípio favorável a Roma. Mais tarde, quando o papa se negou a conceder-lhe o divórcio de Catarina de Aragão, erigiu-se em chefe da Igreja da Inglaterra, cisma sancionado em 1534 pelo Estatuto de Supremacia. Os mosteiros foram suprimidos e seus bens confiscados em favor da coroa. As execuções de luteranos (tidos como hereges) e de católicos (como traidores à coroa) sucederam-se em seu reinado.

Os três filhos que Henrique teve com três esposas diferentes reinaram na Inglaterra. Eduardo VI (1547-1553), por sua pouca idade, apenas pôde intervir nas tarefas do governo. Maria I (1553-1558) restabeleceu o catolicismo e perseguiu com violência os protagonistas do cisma anterior, pelo que recebeu o nome de Maria a Sanguinária (Bloody Mary). No mesmo ano de sua morte, a França apoderou-se de Calais, o último local do continente em poder da Inglaterra.

Período elisabetano. Elizabeth I (1558-1603), filha de Henrique VIII e de Ana Bolena, rechaçou de novo o catolicismo. Reformou a Igreja da Inglaterra e aproximou-a do protestantismo. Com isso conquistou a simpatia da burguesia cada vez mais poderosa e o apoio decidido da nobreza latifundiária, que enriquecera com os bens confiscados a conventos e mosteiros. O Parlamento não opôs obstáculos às ambições da rainha, que coincidiam com as da maioria dos parlamentares. A Lei dos Trinta e Nove Artigos, em 1563, deu forma definitiva à Igreja Anglicana.

Ao longo do reinado de Elizabeth I, a Inglaterra transformou-se em adversária do poder espanhol, cujas colônias americanas começaram a ser atacadas por navios ingleses. Os comerciantes londrinos fizeram da capital inglesa um empório econômico de primeira grandeza. A cobiçada lã inglesa, antes exportada para a manufatura em Flandres, passou a ser trabalhada na ilha. Começaram a surgir poderosas empresas comerciais, como a Companhia das Índias.

Nessa etapa, o rei espanhol Filipe II, em várias ocasiões, tentou derrubar Elizabeth, mediante o apoio às facções católicas dispostas a destronar a rainha, mas fracassou nesse intento. Em revanche, Elizabeth favoreceu abertamente a rebelião dos Países Baixos contra o monarca espanhol, que tentou a invasão das ilhas Britânicas com a Invencível Armada. Sua destruição, em 1558, pelos navios ingleses, mais leves e manobráveis, marcou o princípio do declínio do império espanhol.

Os Stuarts e as revoluções inglesas. Quando Elizabeth I morreu sem deixar descendentes diretos, herdou o trono da Inglaterra o rei da Escócia, Jaime VI Stuart, que tomou o nome de Jaime I da Inglaterra (1603-1625). A partir de 1603, os quatro países britânicos -- Inglaterra, Irlanda, Gales e Escócia -- ficaram unidos politicamente sob a mesma coroa, embora o Parlamento inglês e o escocês só se unificassem em 1707.

Jaime I começou seu reinado seguindo os passos de Elizabeth. A partir de 1611, porém, suas relações com o Parlamento ficaram bastante tensas. Seu filho Carlos I (1625-1649), que manifestou abertamente tendências absolutistas, também logo perdeu o favor do Parlamento. Empenhado em unificar religiosamente o país sob a Igreja Anglicana, teve de enfrentar a rebelião da Escócia, que era quase totalmente presbiteriana. Depois da derrota das tropas reais em Newburn, em agosto de 1640, Carlos I precisou convocar o "Parlamento longo", com o objetivo de reunir fundos para preparar novo exército.

O Parlamento, então, ergueu-se diante do rei, a quem apresentou em junho de 1642 as Dezenove Propostas, cuja aceitação teria significado, para Carlos I, a perda de todo o poder. A negativa do rei deu início a uma guerra civil entre a coroa e o Parlamento, que terminou com a derrota e a prisão do monarca. Condenado por alta traição, ele foi executado em 30 de janeiro de 1649.

Instaurou-se um regime de soberania parlamentar, denominado Commonwealth, durante o qual se promulgou o Estatuto de Navegação (1651) que, ao obrigar a realização do comércio britânico com navios britânicos, impôs o crescimento da frota própria, e prejudicou a similar holandesa. Oliver Cromwell, o homem que organizara o exército do Parlamento e forçara a execução de Carlos I, era o verdadeiro dono do poder. A partir de 1653 transformou-se em ditador e dissolveu o Parlamento.

Com a morte de Cromwell, em 1658, sucedeu-lhe seu filho Richard, que não se sustentou mais de um ano no poder. O general George Monck, chefe do Exército da Escócia, convocou de novo o Parlamento, o qual chamou de volta o filho do decapitado Carlos I, que do exílio prometera a anistia. Em maio de 1660, Carlos II entrava em Londres.

Carlos II tinha convicções absolutistas, como o pai, e desejava empreender uma política exterior de altos vôos. Estava, contudo, economicamente preso ao Parlamento, o que tornou vacilante sua intervenção nas guerras que Luís XIV da França travava com os Países Baixos. Sua política interna também foi contraditória: contra a Declaração de Tolerância, que de fato favorecia os católicos, o Parlamento decretou que todos os funcionários deveriam fazer um juramento que rechaçasse os dogmas do catolicismo.

Os parlamentares, a partir daí, começaram a dividir-se em dois partidos: os whigs, decididos a defender suas prerrogativas, e os tories, partidários do rei. Os primeiros conseguiriam, em 1679, o reconhecimento do habeas corpus, lei por meio da qual se garantiu a liberdade individual ante detenções e prisões arbitrárias. Com a morte de Carlos II, em 1685, subiu ao trono seu irmão Jaime II, católico fervoroso. O descontentamento logo invadiu o país inteiro e um grupo de nobres ofereceu secretamente a coroa ao holandês Guilherme de Orange, protestante casado com uma das filhas de Jaime II.

Em novembro de 1688, Guilherme desembarcou na ilha e, quase sem resistência, avançou em direção a Londres. Jaime II teve de exilar-se na França. O Parlamento ofereceu a coroa a Guilherme (Guilherme III) e sua esposa, Maria II, ao mesmo tempo que os fazia aceitar, em 1689, uma Declaração de Direitos que subordinava as decisões do monarca à autoridade do Parlamento. A revolução de 1688, dita revolução gloriosa, e quase incruenta, fixou definitivamente o sistema político britânico, que desde então evoluiu sem sobressaltos notáveis.

A rainha Maria morreu em 1694, sem filhos. Guilherme, concentrado na política externa e submetido ao Parlamento, reinou até 1702. Sucedeu-lhe Ana Stuart (1702-1714), segunda filha do destronado Jaime II, que também não teve filhos. Nesses primeiros anos do século XVIII, a Grã-Bretanha (nome oficial do país desde 1707 até 1801), empenhada na luta contra a França e a Espanha, assentou as peças principais de seu império colonial. Os tratados de Utrecht (1713), que deram fim à guerra de sucessão ao trono espanhol, consagraram a soberania britânica sobre Gibraltar e Minorca, que constituíram as bases de uma frota britânica no Mediterrâneo.

A França teve de ceder a Terra Nova e outros territórios da América do Norte, onde as colônias da Nova Inglaterra se desenvolviam rapidamente. O comércio britânico estendeu-se pela Índia, pelas costas africanas e pequenas Antilhas, assim como a economia de Portugal e suas possessões ficou em parte submetida aos intermediários britânicos.

Dinastia Hanover. De 1714 a 1789, a Inglaterra viveu um período de sólida unidade política, social e econômica, somente interrompida pelas conseqüências da queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789. Fase de grande atividade econômica e financeira, novos portos, entre eles Bristol, Liverpool e Glasgow, foram abertos na costa ocidental, dilatando os horizontes comerciais britânicos. A aquisição do Canadá, o aumento do poderio da Companhia da Índias Ocidentais e as viagens de James Cook ao Pacífico (1768-1779) ilustram o expansionismo imperialista que caracterizou essa época. Ao lado disso, o clima cultural, traduzido por grandes conquistas na literatura, filosofia, história, ciências naturais e economia política, contribuiu decisivamente para fomentar o novo substrato econômico.

A rainha Ana morreu repentinamente, em 1714. Ante o perigo de que lhe sucedesse no trono seu irmão Jaime Eduardo, católico, exilado na França, o Parlamento apressou-se em proclamar o rei Jorge de Hannover, como Jorge I, rei de 1714 a 1727. Tanto este como seu filho Jorge II (1727-1760) continuaram a ser mais alemães do que britânicos. Preocuparam-se diretamente com os assuntos de seus estados alemães e deixaram o Parlamento dirigir os destinos da Grã-Bretanha sem interferências. Ao longo do século XVIII, foi-se estabelecendo o costume de que os assuntos de governo fossem dirigidos por um gabinete escolhido entre homens que contavam com a confiança da maioria dos parlamentares. No final do século surgiu, já reconhecida, a figura do primeiro-ministro.

O Parlamento estava longe de ser um órgão eleito democraticamente. A Câmara dos Lordes foi perdendo importância, mas a Câmara dos Comuns, em que residia o verdadeiro poder, estava composta de representantes da aristocracia territorial e do dinheiro, em muitos casos coincidentes, já que a nobreza britânica, à diferença da continental, nunca temeu manchar as mãos com o emprego de seu patrimônio no comércio ou nas manufaturas. O sufrágio era restrito e as circunscrições eleitorais praticamente não se haviam modificado desde a Idade Média. O voto não era secreto e a corrupção era a norma. O sistema só começou a experimentar reformas no início do século XIX. No resto da Europa, porém, o sistema político britânico passou a ser visto com admiração.

A guerra dos sete anos (1756-1763) confirmou a supremacia do império colonial britânico sobre o francês, que teve de ceder Québec, a Louisiana e a Índia a seu rival. Jorge III, rei durante sessenta anos, de 1760 a 1820, neto de seu predecessor, já foi um soberano plenamente britânico. Ao longo dos reinados de seu bisavô e avô, os whigs dominaram o Parlamento, enquanto os tories, divididos pela fidelidade de muitos deles à destronada dinastia dos Stuarts, permaneceram na oposição.

Jorge III desejava governar pessoalmente, pelo que fez uso de todas as prerrogativas que ainda lhe restavam como rei, e levou intencionalmente os tories ao poder, uma vez assegurada a sua submissão. O fracasso, porém, da guerra contra as colônias que constituiriam os Estados Unidos, a que teve de conceder a independência (Tratado de Versalhes, 1783), provocou uma reação tão intensa da opinião pública que o rei não pôde senão renunciar ao regime pessoal com um gabinete dócil e chamou para o governo William Pitt, conhecido como o segundo Pitt, já que seu pai, whig, dirigira a política exterior do país por ocasião da guerra dos sete anos. Aos 24 anos, Pitt desfrutava de uma popularidade excepcional; reformou seu partido, o dos tories, reduziu a corrupção parlamentar e reorganizou as finanças.

Guerras napoleônicas. A revolução francesa foi assistida com pavor, do outro lado do canal. Em fevereiro de 1793 irrompeu a guerra entre a França republicana e a Grã-Bretanha. A antiga rivalidade comercial e política entre as duas potências reavivou-se e deu início a um período de lutas quase ininterruptas até a derrota definitiva de Napoleão em Waterloo, em junho de 1815. O esforço econômico britânico foi enorme, já que o Reino Unido financiou sistematicamente seus aliados no continente europeu, sofreu a perda de mercados devida ao bloqueio continental, decretado por Bonaparte, e teve de manter uma poderosa esquadra e colossais forças terrestres.

Ainda assim, conseguiu em Trafalgar (1805), destruir definitivamente as forças francesa e espanhola, o que transformou os mares de todo o mundo, como se disse na época, num "lago britânico". Depois de 1808, o Brasil, ainda colônia portuguesa, e as colônias espanholas\_na América foram abertos ao tráfego de mercadorias britânicas. O Reino Unido apoderou-se, também, da maior parte das colônias francesas e holandesas na Ásia, África e América. Quando a estrela de Napoleão se eclipsou, o Reino Unido era já árbitro da Europa e dono de boa parte do resto do mundo.

Revolução industrial. Antes que em qualquer outro país, produziu-se na Grã-Bretanha o fenômeno econômico que foi chamado de "revolução industrial" e que consistiu na passagem de uma forma de elaboração de bens artesanal e em pequena escala, próprio das sociedades antigas, para um processo de produção em massa com custos muito inferiores, característico dos tempos modernos. Ocorreram na Grã-Bretanha as condições ideais para que isso ocorresse, pois o capital acumulado pelo comércio em todo o mundo ficou nas mãos de classes altas e médias ainda muito influenciadas pelo puritanismo e que, em vez de malbaratá-lo ou investi-lo em bens suntuários, puderam aplicá-lo no sistema produtivo, para financiar os novos processos idealizados ao longo do século XVIII.

A circunstância de ser o subsolo britânico rico em carvão propiciou a construção de altos-fornos que utilizavam coque, enquanto o resto da Europa continuava a obter ferro com fornos artesanais de carvão de lenha. O ferro e aço baratos permitiram a criação da máquina a vapor (James Watt, 1769), que, esgotados os escassos recursos hidráulicos disponíveis na planície inglesa, proporcionou a força adequada para impulsionar os novos teares semi-automáticos do final do século, assim como para promover os transportes (barcos e trens a vapor), no princípio do século seguinte.

No campo, o cercamento praticamente completo de todos os terrenos motivou a ruína dos pequenos camponeses, que tiveram de vender suas terras aos grandes proprietários e emigrar para as cidades, onde engrossaram a reserva de mão-de-obra barata para a indústria nascente. Os grandes proprietários também passaram a ver suas terras como unidades produtivas de cunho industrial e dedicaram-se à melhoria sistemática de espécies agrícolas e pecuárias. Experimentaram novos sistemas de rotação das culturas e máquinas que lhes fizeram multiplicar a produtividade, numa espécie de revolução agrária. Em resumo, o avanço econômico e tecnológico de meio século em relação à Europa continental permitiu ao Reino Unido triunfar sobre Napoleão e transformar-se em potência hegemônica mundial.

A escandalosa vida privada e a índole autoritária de Jorge IV, rei de 1820 a 1830, debilitaram o prestígio da monarquia. A falta de representatividade no Parlamento tornou-se insustentável, a miséria da crescente classe operária acentuou-se e somente as revoluções que em 1830 irromperam no continente mobilizaram a parte mais lúcida da minoria whig dirigente para empreender uma reforma das leis eleitorais, que se realizou em 1832.

Poucos anos antes haviam sido suspensas as restrições que pesavam sobre os católicos. A partir da reforma estiveram representadas no Parlamento, junto às classes altas, boa parte das classes médias, embora de modo algum os operários e camponeses, que constituíam a grande maioria da população. Foi nessa fase que os whigs começaram a denominar-se liberais, e os tories, conservadores. Guilherme IV, que reinou entre 1830 e 1837, embora pouco dotado de qualidades pessoais, prestou-se melhor que seu pai às reformas liberalizantes.

Era vitoriana. Os primeiros anos do longo reinado de Vitória -- de 1837 a 1901 -- se caracterizaram por ásperas cisões sociais e grande depressão econômica, além do aparecimento de várias organizações extra-parlamentares, entre elas a que formaram os cartistas, responsáveis pela agitação social ocorrida no país entre 1838 e 1850. A tudo e a todos, porém, soube enfrentar a rainha, que acabou por conduzir a Inglaterra a um clima de esplendor jamais visto em toda a sua história. Em 1876 ela adotou o título de imperatriz da Índia. O império colonial, dividido pelo Mediterrâneo, Ásia, África, América e Oceania, ergueu-se como um sistema econômico sólido -- a espinha dorsal, então, do capitalismo moderno --, que pulsava ao compasso do poderoso coração da metrópole, cada vez mais rica e industrializada.

O livre-cambismo foi progressivamente implantado depois da abolição, em 1846, das Leis do Trigo, que se revelou benéfica para a indústria, ao baratear a alimentação da classe operária. A Grande Exposição de 1851, bem como os jubileus de 1887 e 1897, mostraram ao mundo a nova face do império britânico, potência industrial e colonialista, cuja influência se estenderia a todos os continentes. Sucessivas reformas eleitorais levaram ao sufrágio universal masculino no final do século, ao mesmo tempo que desde 1870 a escolarização se tornou obrigatória. Benjamin Disraeli e William Ewart Gladstone, chefes respectivamente dos partidos Conservador e Liberal, revezaram-se no poder durante longo período.

Século XX: primeira guerra mundial. A morte da rainha Vitória deu lugar ao reinado de Eduardo VII, soberano de 1901 a 1910. Lentamente, o papel hegemônico do Reino Unido no mundo começou a ser desafiado por duas novas potências de rápido desenvolvimento, os Estados Unidos e o império alemão. Nos primeiros anos do século XX os movimentos feministas ganharam força no país e criaram-se novas leis sociais que limitavam a duração do trabalho e concediam benefícios e pensões.

Surgiu um forte debate sobre os projetos do governo liberal no sentido de criar uma contribuição tributária progressiva. O triunfo dos liberais, em 1911, marcou a divisão de poderes da Câmara dos Lordes (mediante o Estatuto do Parlamento), que praticara todos os tipos de manobras de obstrução. Os sindicatos tornaram-se cada vez mais poderosos e, às vésperas da primeira guerra mundial, o Partido Trabalhista começou a influir decisivamente no jogo político. A Eduardo VII, sucedeu Jorge V (1910-1936).

Em 4 de agosto de 1914 o Reino Unido declarou guerra à Alemanha. Os triunfos iniciais dos alemães obrigaram ao envio de milhões de britânicos à frente francesa, enquanto a esquadra inglesa se viu em dificuldades para controlar os oceanos devido à guerra submarina praticada pela Alemanha. Medidas de austera política econômica e controle governamental, inimagináveis anos antes, foram postas em prática.

De 1915 em diante, formou-se um governo de coalizão composto de conservadores, liberais e trabalhistas. A partir de 1916 tornou-se de fato obrigatório o serviço militar, que fora tradicionalmente voluntário, e em 1917 foi decretado o racionamento. Vencedor da guerra, o Reino Unido viu-se ao final desta muito enfraquecido, com enormes dívidas para com os Estados Unidos e ultrapassado por estes na qualidade de potência mundial.

Período de entreguerras. A rebelião da Irlanda, em 1916, obrigou o Reino Unido a enfrentar o problema da ilha desde o fim da guerra. Dividida em duas partes, em 1921 a maior delas converteu-se no Estado Livre da Irlanda, primeiro sob a soberania nominal da coroa britânica e mais tarde como república independente. A recessão do pós-guerra elevou o número de desempregados, que chegou a mais de dois milhões e meio. Em 1924 assumiu o poder uma coalizão de liberais e trabalhistas, dirigida por James Ramsay MacDonald, que empreendeu diversas reformas sociais, mas foi logo desalojada pelo governo de Stanley Baldwin, conservador, cujo empenho em devolver à libra o padrão-ouro de antes da guerra originou uma queda dos salários e ampla greve geral.

Em 1931, por causa da crise econômica mundial, um governo de liberais e trabalhistas abandonou definitivamente o padrão-ouro. A criação da Comunidade Britânica de Nações (British Commonwealth of Nations, ou simplesmente Commonwealth) estava relacionada com a tentativa de formar um mercado fechado a outros países por uma barreira protecionista. Eduardo VIII (1936) preferiu abdicar para se casar com uma americana divorciada e foi sucedido por Jorge VI, rei de 1936 a 1952. Novos governos conservadores (ministérios Baldwin, 1935-1937, e Neville Chamberlain, 1937-1940) sucederam-se até o começo da segunda guerra mundial.

A política de pacificação levada a cabo pelo primeiro-ministro Chamberlain nos acordos de Munique, em 1938, não pôde conter as ânsias expansionistas da Alemanha nacional-socialista, que no ano seguinte invadiu a Polônia, desencadeando a guerra.

Segunda guerra mundial. Depois de um ano de imobilidade nas várias frentes, a Alemanha empreendeu uma ofensiva repentina que envolveu as tropas aliadas. A França pediu o armistício e o Reino Unido permaneceu, mal armado, sozinho frente à potência totalitária que dominava o continente europeu. Um gabinete de unidade natural, presidido por Winston Churchill, conseguiu, com a ajuda material dos Estados Unidos, conter Adolfo Hitler até que este atacou também a União Soviética, em junho de 1941. Foram os tempos da dura resistência, sustentada sobretudo pelos heróis da Royal Air Force (RAF), na "batalha da Inglaterra".

No final de 1941, dois novos fatores mudaram o rumo da guerra, em prejuízo da Alemanha: o início da resistência soviética e a entrada dos Estados Unidos no conflito. Apesar do reforço japonês, os aliados derrotaram os alemães, mas o Reino Unido, embora vitorioso, pagara um preço elevadíssimo em perdas econômicas e humanas. Londres e outras cidades ficaram parcialmente destroçadas pelos bombardeios, e a autoridade britânica, no império, se enfraquecera.

O Reino Unido depois da segunda guerra mundial. Nas eleições de 1945, triunfou o Partido Trabalhista. O governo de Clement Attlee (1945-1951) instaurou com rapidez o "estado do bem-estar" (welfare state), bastante ambicioso: redistribuiu a renda e, em 1947, concedeu a independência à Índia e ao Paquistão. No princípio da década de 1950, com a ajuda dos Estados Unidos, o sistema econômico britânico já estava completamente restabelecido. O Reino Unido aderiu ao Conselho da Europa, ao Tratado de Bruxelas e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sempre como aliado, em tudo, dos Estados Unidos.

As eleições de 1951 levaram ao poder os conservadores, que o mantiveram até 1964, e em 1952 a rainha Elizabeth II, filha de Jorge VI, ascendeu ao trono. Presidiram os sucessivos gabinetes Winston Churchill (1951-1955), Anthony Eden (1955-1957), Harold MacMillan (1957-1963) e Alexander Douglas-Home (1963-1964). O Reino Unido orientou sua política externa de costas para a Europa, empreendeu uma política de rearmamento com a aquisição da bomba atômica em 1955 e não se integrou então à Comunidade Econômica Européia (CEE), criada pelo Tratado de Roma em 1957. Os tempos de grandeza e isolamento, no entanto, já se haviam passado.

O rápido crescimento econômico dos países da Europa continental logo os fez alcançar e sobrepujar os níveis alcançados pela economia britânica. Uma tentativa tardia de incorporação à CEE foi frustrada pela oposição do presidente francês Charles de Gaulle. Em 1964, os trabalhistas, liderados por Harold Wilson, subiram ao poder.

A situação econômica que Wilson tinha de enfrentar era inquietante. O Reino Unido já estava sendo chamado "o doente da Europa". As enérgicas medidas econômicas não bastaram para erguer a economia britânica, e os conservadores, liderados por Edward Heath, em 1970 assumiram de novo o poder. Heath conseguiu a admissão do Reino Unido, junto com a Irlanda e a Dinamarca, na CEE, em janeiro de 1973.

A partir de 1969, expandiu-se um forte movimento terrorista na Irlanda do Norte (Ulster), cuja situação obrigou o Parlamento britânico a assumir o governo direto da região em 1972. O problema irlandês e a crise econômica levaram de novo ao poder o Partido Trabalhista, em fevereiro de 1974. Harold Wilson demitiu-se em março de 1976 e seu companheiro de partido James Callaghan ocupou-lhe o lugar.

As eleições de 3 de maio de 1979 deram de novo o leme aos conservadores, encabeçados por Margaret Thatcher, primeira mulher a ocupar a chefia de governo na história britânica. Thatcher pôs em marcha uma política liberal: reduziu os impostos, ampliou a margem de atuação da iniciativa privada e limitou alguns serviços sociais. Em 1981, o Partido Trabalhista dividiu-se, o que fez surgir o novo Partido Social Democrático, posteriormente aliado ao bastante fragilizado Partido Liberal.

Em 2 de abril de 1982 o governo militar argentino levou a efeito uma tentativa de recuperar as ilhas Malvinas (Falkland) e outros arquipélagos menores do Atlântico sul em poder do Reino Unido. A reação britânica foi dura. Em junho daquele ano a frota e os fuzileiros enviados para a região impuseram a rendição dos soldados argentinos deslocados para as ilhas. O conflito, que se desenrolou principalmente em confrontos navais, causou a morte de mais de mil militares argentinos e 250 britânicos. A euforia nacionalista que se seguiu foi aproveitada por Thatcher para convocar novas eleições, que seu partido ganhou por ampla maioria. Cinco anos depois, o triunfo conservador nas eleições realizadas em 11 de junho de 1987 fez de Margaret Thatcher o primeiro estadista britânico capaz de vencer três eleições consecutivas.

Thatcher, chamada "a dama de ferro", perdeu terreno nos anos seguintes, por causa do caráter recessivo de sua política econômica e fiscal. Quando, em 1990, foi derrotada no primeiro turno das eleições internas de seu partido, renunciou ao cargo e o lugar de primeiro-ministro passou para seu correligionário, John Major, que enfrentou tanto uma áspera agitação social, sobretudo em 1992, como o recrudescimento do terrorismo por parte do Exército Republicano Irlandês (IRA) contra os unionistas da Irlanda do Norte. Contudo, Major se manteve no poder com a vitória de seu partido nas eleições de abril de 1992.

Em 1993 o Partido Conservador, dividido, acabou por aprovar o Tratado de Maastricht, em torno da união européia, e, em 1994, Major entrou em acordo com a Irlanda sobre o direito de a Irlanda do Norte decidir sobre seu futuro. No final de agosto, o IRA manifestava sua histórica decisão de suspender a luta armada e o unionismo fez progressos inesperados.

Instituições políticas

O Reino Unido é uma monarquia constitucional hereditária e uma democracia parlamentar. A constituição está só parcialmente expressa em textos escritos, e é flexível, como o prova sua lenta e pacífica modificação ao longo de séculos. A chefia do estado cabe ao monarca, e a do governo, ao primeiro-ministro, que é o chefe do partido político que tenha conseguido a maioria da Câmara dos Comuns.

A soberania cabe ao Parlamento, composto pela coroa, pela Câmara dos Lordes e pela Câmara dos Comuns. A separação de poderes não é radical, como em outros sistemas, já que a maioria parlamentar a que pertence o primeiro-ministro costuma portar-se de modo sumamente disciplinado quanto a seu voto. O monarca tem a faculdade de nomear primeiro-ministro, mas ao longo de quase três séculos tem-se limitado a atribuir esse cargo ao líder da maioria parlamentar.

O primeiro-ministro nomeia cerca de uma centena de colaboradores entre os membros das câmaras pertencentes a seu partido. Destes, um número restrito forma parte do gabinete, outros comparecem às reuniões do gabinete em ocasiões em que se tratará de temas de sua competência, e um número ainda maior forma o grupo dos chamados junior ministers, com cargos menos importantes, e sem acesso às reuniões do gabinete. O primeiro-ministro, além de presidir o gabinete, informa semanalmente ao monarca sobre a marcha dos assuntos de estado e prepara o discurso da coroa, que o rei pronuncia na sessão de abertura do Parlamento.

Para que uma lei possa entrar em vigor, tem de contar com a aprovação das duas câmaras e do monarca. Depois de sofrer sucessivos cortes em seus poderes, porém, a Câmara dos Lordes não pode fazer mais do que retardar a entrada em vigor de uma lei aprovada pelos Comuns, e não se concebe que o monarca se negue a assinar uma lei aprovada pelo Parlamento.

A Câmara dos Lordes compreende mais de 1.200 membros, alguns hereditários e outros vitalícios. A Câmara dos Comuns exerce o verdadeiro poder dentro do Parlamento, embora na prática suas atribuições legislativas tenham sido reduzidas pela crescente preponderância do primeiro-ministro e seu gabinete, que exercem a iniciativa legislativa na maior parte dos casos. Seus 651 membros são eleitos, em geral a cada cinco anos, em circunscrições uninominais, o que tem o efeito de concentrar o poder em uns poucos partidos. O Reino Unido tem vivido, ao longo de séculos, sob um regime praticamente bipartidário. O monarca pode dissolver a Câmara dos Comuns antes de se cumprir o prazo máximo de cinco anos, mas na prática é o primeiro-ministro quem exerce tal poder.

As instituições judiciais britânicas são bastante diferentes das existentes no resto do continente europeu. As resoluções judiciais baseiam-se fundamentalmente no direito consuetudinário (common law), estabelecido pela jurisprudência anterior. O mais alto tribunal de recursos do reino é constituído pela Câmara dos Lordes e, particularmente, por nove lordes nomeados por convocação. Princípios jurídicos que se tornaram universais, como o habeas-corpus, foram aplicados pelos tribunais britânicos antes que em qualquer outro país. O princípio da segurança jurídica do indivíduo foi adotado, no Reino Unido, quando no resto da Europa imperavam monarquias absolutas.

Sociedade

Nível de vida e classes sociais. O Reino Unido é um país desenvolvido, de economia de mercado. A distribuição da renda, que em princípios do século XX era muito desigual, passou por um período de nivelamento depois da segunda guerra mundial e, na segunda metade do século, apresentava menores desigualdades que na maior parte da Europa ocidental, o que não impediu um "êxodo de talentos", principalmente para os Estados Unidos, onde cientistas e dirigentes de empresas obtinham melhor remuneração.

A renda média dos britânicos, embora tenha aumentado de forma constante desde a segunda guerra mundial, não cresceu no mesmo ritmo dos demais países da Europa ocidental. No fim da década de 1980, chegou mesmo, pela primeira vez, a ser inferior à italiana e ainda abaixo de dois terços da alemã ou da francesa. A qualidade de vida, contudo, é elevada, como resultado da preocupação com o meio ambiente, do elevado nível das tradições culturais e outras razões semelhantes.

Embora as distâncias econômicas entre as classes tenham diminuído sensivelmente depois da segunda guerra mundial, continuava a existir certo classismo social, que se manifesta na particularidade dos diferentes sotaques das diversas camadas sociais e culturais. A importância social que o sotaque ainda possui no Reino Unido é difícil de ser entendida pelos não-britânicos.

Os poderosos sindicatos britânicos estão organizados no Trade Unions Congress, que em meados do século XX conseguiu uma significativa influência política, embora seu poder tendesse a diminuir durante o governo de Margaret Thatcher. A maior parte dos sindicatos está ligada ao Partido Trabalhista. A Confederação da Indústria Britânica (Confederation of British Industry, CBF) agrupa um grande número de organizações empresariais. Existem também numerosos tribunais e comitês de conciliação e arbitragem.

Saúde e assistência social. O sistema de assistência médica e previdenciária do estado é muito desenvolvido. Foi no Reino Unido que teve origem o conceito de estado do bem-estar. Em 1948 fundou-se o Serviço Nacional de Saúde, que proporciona cuidados médicos, hospitalização, remédios etc., na maior parte dos casos completamente gratuitos, a todos os cidadãos britânicos. Nada menos que 98% dos médicos do país encontram-se incorporados pela saúde pública, embora existam consultórios e clínicas particulares.

O sistema de seguridade social também é muito abrangente e proporciona aposentadorias, subsídios de desemprego etc. As autoridades locais estão obrigadas por lei a proporcionar habitações em condições mínimas para os habitantes de suas jurisdições, e grande número de britânicos vive em moradias de aluguel construídas pelas autoridades municipais e subvencionadas em parte pelo estado. O costume de socializar o solo urbano favoreceu preços relativamente baixos.

Sistema educacional. O ensino é obrigatório e gratuito entre os 5 e 16 anos de idade. Numerosos centros de ensino privado coexistem com os públicos. Cerca de um terço dos britânicos tem acesso ao ensino superior, o que faz do Reino Unido um dos países de maior nível educacional do mundo. O analfabetismo praticamente não existe e o índice de leitura de livros e publicações periódicas é bastante alto. Entre os centros de ensino superior, sobressaem as antigas universidades de Oxford e Cambridge.

Religião. De forma aproximada, pode-se dizer que a Inglaterra é majoritariamente anglicana, a Escócia, presbiteriana, e Gales, metodista, enquanto na Irlanda do Norte predominam as várias denominações protestantes sobre os católicos. Há, contudo, minorias importantes de outras confissões cristãs nos quatro países. A Igreja Católica possui força e prestígio ela pertencem 10% dos habitantes do Reino Unido. Os anglicanos somam um pouco mais de 50%.

As religiões não-cristãs contam com uma quantidade de adeptos bem menor que as cristãs. A comunidade judaica é numerosa nas grandes cidades, enquanto muçulmanos e hindus contam-se em bom número entre os imigrantes recentes. Uma grande parcela da população declara-se agnóstica. (Para dados sobre sociedade, ver DATAPÉDIA.)

Cultura

Poucos países têm legado ao acervo cultural da humanidade uma contribuição tão importante como a que proporcionaram os pensadores britânicos. Talentos como Thomas Hobbes, Thomas Moore e John Stuart Mill em ciências políticas, Adam Smith, David Ricardo, John Maynard Keynes em economia, e Francis Bacon, Isaac Newton, John Locke, George Berkeley, David Hume e Bertrand Russell na matemática, nas ciências e na filosofia, são só uma pequena parte da relação de pensadores universais que nasceram no Reino Unido. Geoffrey Chaucer, William Shakespeare, John Milton, Jonathan Swift e muitos outros fizeram da literatura britânica um dos maiores tesouros da cultura universal.

Música. Desde suas origens, o Reino Unido prestigiou a criação musical. Compositores significativos já apareceram no século XIV, tempo da ars nova, como no caso de John Dunstable. Nos séculos XVI e XVII, de alta música religiosa e madrigalista, imortalizaram-se figuras como William Byrd, Thomas Morley, John Dowland e Henry Purcell, fundador da ópera inglesa. O italianismo, no século seguinte, provocou a célebre reação nacionalista da ópera-balada, de que é exemplo The Beggar's Opera (A ópera do mendigo) de John Christopher Pepusch e John Gay, contrapartida satírica à presença do gênio de Haendel, magnificamente bem-sucedido na Grã-Bretanha.

Na primeira metade do século XIX, é importante a personalidade de John Field, sobretudo no desenvolvimento da música para piano. Do fim do século XIX em diante, o panorama se enriqueceu com a light opera de Arthur Sullivan, cujo nome está ligado ao de William Gilbert, com a obra orquestral e coral de Edward Elgar, o impressionismo de Frederick Delius e a vasta atividade criadora de Vaughan Williams. A modernidade, algo metafísica na fantasia astral de Gustav Holst, e elegíaca na música de câmara de Frank Bridge, atinge um fascínio crescente na obra vocal e instrumental de Benjamin Britten, sobretudo em sua ópera Peter Grimes (1945).

Arquitetura. A invasão normanda do século XI levou para a ilha os estilos artísticos do continente. Construíram-se numerosas igrejas e catedrais românicas, de estreita semelhança com as que pouco antes se haviam erguido na Normandia francesa. Salientam-se, entre estas, as catedrais de Gloucester, Norwich e Durham. Logo se começaram a construir abóbadas de ogivas cruzadas e desenvolveu-se o estilo gótico, no início muito semelhante ao do norte da França, mas que a partir do século XIII (catedral de Salisbury) começou a ganhar características peculiares, como o gosto por abóbadas estreladas de grande complexidade de formas e, principalmente, o acentuado sentido de verticalidade.

A nave da capela do King's College, de Cambridge, a capela do New College de Oxford e a capela do Rei na abadia de Westminster são amostras representativas do gótico inglês. A paixão dos arquitetos britânicos pelo estilo gótico, então, tornou-se tradicional. Em meados do século XVI desenvolveu-se o estilo Tudor, que, sem abandonar as estruturas góticas, incorporou elementos renascentistas.

No século XVII triunfaram, com grande atraso em relação ao continente, as formas arquitetônicas neoclássicas, que se mantiveram simples e despojadas, já que o barroco europeu contemporâneo apenas penetrou na Grã-Bretanha. Sir Christopher Wren foi autor de grande número de edificações na Londres que teve de reconstruir depois do grande incêndio de 1666. A catedral de São Paulo, de Londres, com magnífica cúpula e um pórtico dórico, é a obra mais representativa da época.

O século XVIII também encaminhou as preferências para o gosto clássico. Numerosos edifícios e palácios inspiraram-se nos trabalhos de Andrea Palladio. O século XIX conheceu uma arquitetura eclética, com numerosas edificações de estilo neoclássico e uma renovação da tradição gótica, de que é exemplo o edifício do Parlamento. Mais que a arquitetura, porém, foi a engenharia britânica que brilhou nesse século, com o emprego de novos materiais e a realização de obras públicas gigantescas. O palácio de Cristal e as grandes pontes metálicas são criações estupendas da época vitoriana.

Pintura. Nos séculos XVI e XVII não houve pintores nem escultores britânicos de destaque. As obras culminantes na pintura do primeiro período foram os retratos de Hans Holbein o Jovem, e no segundo, os de Antoon van Dyck, ambos estrangeiros. No século XVIII, contudo, ocorreu o nascimento de uma escola pictórica verdadeiramente britânica: William Hogarth, Joshua Reynolds, Thomas Gainsborough e Richard Wilson foram os grandes nomes da época. Os três primeiros continuaram a tradição britânica do retrato, e os dois últimos criaram uma escola de paisagística. William Turner e John Constable seriam os grandes paisagistas britânicos do século XIX, sobressaindo o primeiro como precursor do impressionismo.

Por volta de 1850 irrompeu o grupo de pintores pré-rafaelitas, que introduziram em suas obras uma carga de simbolismo inspirado muitas vezes no primeiro Renascimento italiano. Entre eles encontravam-se Dante Gabriel Rossetti, John Everett Millais e William Holman Hunt. Edward Burne-Jones, William Morris e Aubrey Breadsley, já no fim do século, são considerados modernistas. Morris fundou em 1861 o movimento Arts and Crafts, que renovou profundamente as artes decorativas.

Durante o século XX, as artes plásticas britânicas permaneceram geralmente à margem das vanguardas internacionais até os últimos decênios. As revoluções estéticas iniciadas pelo cubismo foram mais tarde recebidas nas ilhas. Figuras de expressão indiscutível na escultura, contudo, foram Barbara Hepworth, Henry Moore e Reg Butler. Na pintura, distinguiram-se ainda nomes como Augustus John, Ben Nicholson, Paul Nash, Sir Stanley Spencer, Graham Sutherland, Francis Bacon, David Hockney e muitos outros.

Cinema. Londres foi uma das cidades em que o cinema deu seus primeiros passos. Depois da fase do pioneirismo, de Robert William Paul, George-Albert Smith e James Williamson, seguiu-se um período de influência fortemente teatral, histórica e literária, marcado, já, pela penetração do cinema americano.

A paisagem social e humana do Reino Unido só se firmou nas telas a partir dos documentários do escocês John Grierson e outros diretores. Depois da segunda guerra mundial, o drama, no cinema, já se mostrou propriamente inglês sob a direção de David Lean, John Boulting ou Anthony Asquith. Com as comédias da companhia Ealing ou o retorno à dramaturgia, embora de excelente qualidade, o cinema inglês não se renovou, o que só aconteceu a partir da década de 1950, com cineastas como Lindsay Anderson, Karel Reisz, Jack Clayton e Tony Richardson -- realizador de Tom Jones (1963). Entre outros cineastas surgidos depois, destacaram-se John Schlesinger, Bryan Forbes, Desmond Davis, Ken Russell e Richard Lester. O maior cineasta britânico do período foi, porém, o americano Joseph Losey.